COMISSÃO PARLAMENTAR DE DIREITOS DO CIDADÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR
PARECER DO PROJETO DE LEI N° 221/2016

AUTOR DO PROJETO: Duda Sanches

EMENTA: "acrescenta dispositivo à Lei no 7.780/2009, a qual dispõe sobre a instalação de hidrômetros individuais, e dá outras providências".

PARECER

O presente Projeto de Lei, de autoria do Vereador Duda Sanches acrescenta dispositivo à Lei no 7.780/2009, a qual dispõe sobre a instalação de hidrômetros individuais, e dá outras providências.

Conforme determina o Regimento Interno da Câmara dos Vereadores de Salvador (artigo 68, inciso VI), cumpre que esta Comissão de dos Direitos do Cidadão e Defesa do Consumidor se pronuncie, exclusivamente, acerca de opinar sobre assuntos de interesse do consumidor, fiscalizando os produtos, para o consumo da população, zelando pela sua composição, qualidade e apresentação.

De acordo com o Código de Defesa do Consumidor (artigo 39, I, Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990) um dos objetivos básicos da defesa dos direitos do cidadão-consumidor é o de estabelecer diretrizes, com vistas à segurança, à fluidez, ao conforto, normas de proteção e defesa do consumidor, de ordem pública e interesse social.

Cumpre salientar que o projeto em comento traz importante medida para promover o equilíbrio na relação de consumo referente ao custeamento da instalação de hidrômetros individuais para a medição do consumo em cada unidade domiciliar autônoma.

Certamente a medida proposta reconhece a noção de desproporção entre os polos da relação consumerista, e dessa forma, estabelece parâmetros para que se garanta a devida utilização do objeto de consumo, evitando-se a onerosidade não prevista para o consumidor, decorrente da indefinição do sujeito que deve custear a referida instalação.

Ao deixar claro o direito do consumidor de não arcar com o montante da instalação, a proposta alinha-se com a política nacional das relações de consumo tem como um dos objetivos a "educação e informação de fornecedores e consumidores, quanto aos seus direitos e deveres, com vistas à melhoria do mercado de consumo;(art.4º,IV, Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990)

Trata-se efetivamente de um clareamento normativo que informa o consumidor de um direito, pelo que percebe-se a relevância da proposição.

Observando especificamente o objeto do projeto de lei em questão, verifica-se que os critérios necessários para sua aprovação estão presentes, tendo em vista atenderem o binômio da possibilidade e oportunidade, além de alinhar-se com os parametros legais e principiológicos do ordenamento consumerista brasileiro.

Dessa forma, entende-se que estão presentes todos os requisitos autorizativos, para reconhecer a viabilidade e legalidade do referido projeto de lei, aduzindo ainda o disposto na Carta Magna, no art. 170, caput e inciso V, e no seu art. 5, XXXII, dispondo:

> **"Art. 170**. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, **tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social**, observados os seguintes princípios:
> .....
> **V - defesa do consumidor" (grifos nossos)**
>
> "Art.5. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:
> .....
> **XXXII - o Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor;" (grifos nossos)**

Vale salientar que a Constiuição Federal estabeleceu a competência concorrente entre os entes federativos para legislar sobre matéria de direito do consumidor. Em especial, pode-se afirmar, que por tratar-se de matéria de interesse local, não subsiste dúvida sobre a viabilidade da devida atuação no projeto em comento, visto que a Carta Maior garante ao municipio legislar sobre este tipo de matéria.

Pelo exposto, verifica-se que a proposição atende ao quanto previsto nos debates desta Comissão, bem como aos preceitos constitucionais, legais, regimentais e da boa técnica legislativa, razão pela qual opina-se **PELA APROVAÇÃO DO PROJETO DE LEI N° 221/16.**

Sala das Comissões, 24 de maio de 2021.



Roberta Caires

Comissão Parlamentar de Direitos do Cidadão e Defesa do Consumidor